

**AUTORIZAÇÃO SUPRESSÃO E DESTOCA DE VEGETAÇÃO Nº188/2025**

A Secretaria de Meio Ambiente de Uberaba – SEMAM, encarregada de implantar a Política Municipal de Meio Ambiente, fazendo cumprir a Legislação Ambiental vigente, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 e pela Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, **AUTORIZA A SUPRESSÃO E DESTOCA VEGETAL** conforme especificado abaixo:

**1. PROCESSO ADMINISTRATIVO**

01/19786/2024

**2. DADOS DO EMPREENDEDOR****2.1. NOME:** Julio César Ribeiro de Urzedo**2.2. CPF:** 451.490.546-15**2.3. ENDEREÇO:** Rua Vesper, nº 100, Vila Santo Antonio, CEP: 06.716-715; Cotia - SP.**3. DADOS DO EMPREENDIMENTO****3.1. NOME:** Estância Santa Luzia III**3.2. Matrícula(s):** 22.654**3.3. ENDEREÇO:** Siga pela BR-262 em direção a Campo Florido (MG) por 20,5 km. Vire à direita em um estradão de terra batida, onde a propriedade estará localizada.**4. DADOS DA SUPRESSÃO****4.1. OBSERVAÇÃO:****4.1.1.** Só serão suprimidas árvores isoladas, de acordo com Decreto nº 47749 de 11/11/2019 em seu artigo 2º, inciso IV.**4.2. AMOSTRAGEM:****TIPO****QUANTIDADE**

Nativas

206

Exóticas

---

Ipês-amarelos

---

Pequizeiros

27

Palmeiras

---

Mortas

---

**TOTAL****242****4.3. Nº DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS A SEREM SUPRIMIDOS:**

242 (duzentos e quarenta e dois)

**4.4. ÁREA TOTAL DA SUPRESSÃO:**

23,0147 ha

**4.5. MOTIVO DA SUPRESSÃO:**

Viabilizar operações em área produtiva evitando incidentes com implementos e maquinas agrícolas.

**4.6. COORDENADAS DA ÁREA DE SUPRESSÃO:****FUSO:** 22 K**Y (Lat.):** 7814427.08 m S**X (Long.):** 795328.58m E**4.7. INTERVENÇÃO EM APP:** NÃO**4.8. TIPO DE VEGETAÇÃO A SER SUPRIMIDA:** NATIVA**4.9. INDIVÍDUOS ARBÓREOS/ÁREAS A SEREM**☒ ( X ) NÃO☐ ( ) SIM**4.10. QUANTIDADE:** \*\*\***5. MATERIAL LENHOSO****TIPO/SUPBPRODUTO****QUANTIDADE (m³)****5.3. DESTINAÇÃO:****5.1.1. LENHA NATIVA:**

69,58

**5.1.3. MADEIRA NATIVA:**

5,78

**5.2. RENDIMENTO****75,36**

Uso na propriedade.



**5.4. OBSERVAÇÃO:**

Decreto nº 47749 de 11/11/2019, Art. 21. Será dado aproveitamento socioeconômico e ambiental a produto florestal cortado, colhido ou extraído, e a seus resíduos, oriundo de intervenção ambiental autorizada.

§ 1º O aproveitamento de produtos, subprodutos e resíduos florestais oriundos de intervenção ambiental autorizada no Estado poderá ser feito:

- I - na mesma propriedade na qual a intervenção ambiental foi autorizada, de todas as formas previstas nos incisos XX e XXIX do art. 2º, admitida a incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*;
- II - como comercialização de produtos e subprodutos a terceiros;
- III - como doação de produtos e subprodutos a terceiros.

Art. 22. A madeira das árvores de espécies florestais nativas de uso nobre, definidas em ato normativo do IEF, não poderá ser convertida em lenha ou carvão, sendo vedada ainda a sua incorporação ao solo.

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102 de 26/10/2021, Art. 30. Para fins de aplicação do art. 22 do Decreto nº 47.749, de 2019, entende-se por madeira de árvores de espécies florestais nativas de uso nobre a madeira proveniente de quaisquer espécies florestais nativas, aptas à serraria ou marcenaria, que permita seu aproveitamento na forma de madeira em toras na fase de extração.

**6. COMPENSATÓRIA****6.1. LEGISLAÇÃO RELACIONADA:**

- Lei Estadual nº 20.308/2012
- Decreto Estadual nº 47.749/2019
- Lei Municipal Complementar 389/2008
- Deliberação Normativa COMAM nº 10 de 13/12/2017
- Convênio de Cooperação Técnica SEMAD/IEF/UBERABA nº 1370.01.0009/2019-33

**6.2 – MODALIDADE DEFINIDA PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL:**

6.2.1. De acordo com a Lei nº 20.922/2013 e o Decreto nº 47.749/2019, nos termos do art. 114, §1º, III, o requerente **optou pelo recolhimento à conta de Arrecadação da Reposição Florestal**, para cumprimento da compensação ambiental.

**6.3. VALOR DA COMPENSATÓRIA:**

6.3.1. DAE nº 1501359126927 - R\$ 330,86 e DAE nº 1501360827275 - R\$2.170,04

**6.4. PROTEGIDAS:****6.4.1 – MODALIDADE DEFINIDA PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL:**

Projeto de Plantio dos Pequizeiros e Taxa correspondente a 50% de 27 pequizeiros – DAE nº 0701355442149 – R\$ 7.743,40.

Espécies	Árvores amostradas	Proporção por Espécie	Árvores a Serem Compensadas
Pequis	27	10:1	270
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>***</b>	<b>270</b>

**7. CONDICIONANTES****ESPECIFICAÇÃO DAS CONDICIONANTES****PRAZOS PARA CUMPRIMENTO**

**7.1. CONDICIONANTE 01:** Informar à SEMAM a data de efetivação da supressão, para fins de contagem de prazos das demais condicionantes.

30 dias após a supressão.

**7.2. CONDICIONANTE 02:** Comprovar destinação final adequada do material lenhoso, por meio de relatório técnico com memorial fotográfico acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado, mostrando e descrevendo o processo de supressão, a estocagem do volume lenhoso antes da destinação e a destinação final em todas as modalidades escolhidas, de acordo como Decreto nº 47749 de 11/11/2019, Art. 21. Além disso, caso o volume seja destinado para fora da propriedade, apresentar toda a documentação referente ao transporte e destinação final do volume lenhoso doado, comercializado ou destinado ao aterro sanitário. Os certificados e outros documentos pertinentes de destinação final do material lenhoso devem estar expressos em “metros cúbicos-m³”, uma vez que é a unidade utilizada na autorização.

30 dias após a supressão.

**7.3. CONDICIONANTE 03:** Comprovar o monitoramento da efetividade do Projeto de Plantio das espécies imunes de corte (Lei Estadual nº 20.308/2012), por meio de relatório técnico e memorial fotográfico, acompanhado de Anotação de

Relatório de Implantação, 30 dias após o plantio das mudas no ano de implantação do Projeto.

Responsabilidade Técnica (ART) de profissional habilitado.

**Relatórios de monitoramento**,  
anualmente, pelo período de 05  
anos, conforme cronograma  
aprovado.

## 8. LOCALIZADO EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA: NÃO

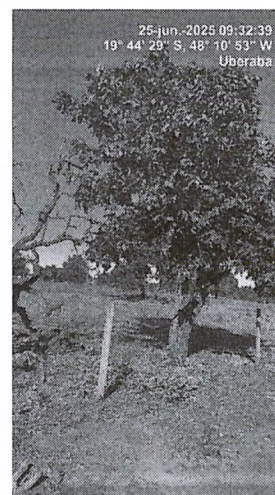
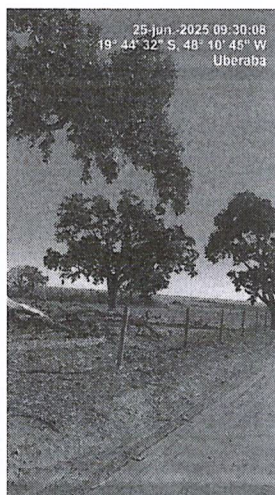
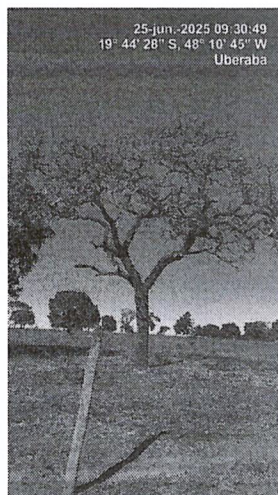


**Figura 1** - Localização do empreendimento em Uberaba, marcador e delimitação em amarelo. Em branco, limite do município. Em azul escuro, limite do perímetro urbano. Em vermelho, limite da APA. **Fonte:** Google Earth Pro, 2025.

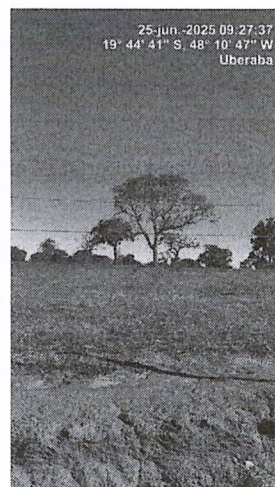
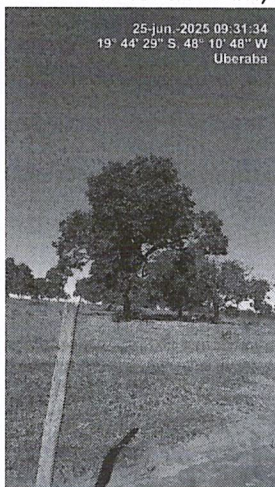


**Figura 2** - Área da Estância Santa Luzia III (delimitação em amarelo), destacando-se as áreas de supressão (delimitação em verde), bem como as Áreas de Preservação Permanente – APPs (delimitação em vermelho) e Reserva Legal (azul escuro). **Fonte:** Google Earth Pro, 2025.

## 9. FOTOS DA VISTORIA



**Figura 3 – Vista parcial da Estância Santa Luzia III. Fonte: SEMAM, 2025.**



**Figura 4 – Vista parcial da Estância Santa Luzia III. Fonte: SEMAM, 2025.**

#### OBSERVAÇÕES:

1. Caso sejam descobertos quaisquer tipos de áreas com restrições ambientais durante a execução do serviço, estas deverão ser respeitadas e o órgão ambiental responsável deverá ser informado.
2. Caso a destinação do material lenhoso seja diferente do que foi informado no relatório, o requerente deverá informar no processo, apresentando os comprovantes de destinação ambientalmente correta.
3. Esta autorização é válida somente se acompanhada das condicionantes listadas acima.
4. Não autoriza intervenção em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal.
5. Esta autorização não dispensa nem substitui a necessidade de obtenção/apresentação, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.
6. O requerente deverá demonstrar a devida e efetiva disposição final adequada dos produtos e subprodutos florestais, oriundos ou advindos da supressão ora autorizada, de conformidade com os pressupostos consignados na legislação vigente.
7. De acordo com o Decreto Estadual nº 47.749/2019, artigo 7º, § 2º, o requerente poderá prorrogar uma única vez o prazo da autorização, por igual período, desde que a solicitação seja feita até 60 dias antes do vencimento da autorização.
8. O produto florestal a ser cadastrado no Sinaflor (Instrução Normativa nº 21, de 24 de dezembro de 2014) deve ser aquele resultante do corte/supressão independente de necessidade de transporte além dos limites da propriedade.
9. Em caso de controle do transporte, armazenamento, consumo e uso de produtos e subprodutos florestais, no Estado de Minas Gerais seguir a Resolução Conjunta IEF/SEMAD Nº 2248 DE 30/12/2014.
10. A madeira proveniente de árvores de espécies florestais nativas de uso nobre, definidas em ato normativo do IEF e aptas à serraria ou marcenaria, não poderão ser convertidas em lenha, carvão ou incorporada ao solo, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 47.749/2019. Para fins de aplicação dessa norma, entende-se por madeira de uso nobre aquela extraída

na forma de toras, caracterizadas como seções do tronco ou sua principal parte, com diâmetro superior a vinte centímetros e comprimento igual ou superior a duzentos e vinte centímetros, em formato cilíndrico e alongado, conforme definido no art. 30 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3102 DE 26/10/2021 e seu parágrafo único.

VÁLIDA POR 03 ANOS, com vencimento em 05/08/2028.

Uberaba, 05 de agosto de 2025.



**Mardiany Ribeiro dos Reis**  
Bióloga SEMAM - CRBio 128.568/4D

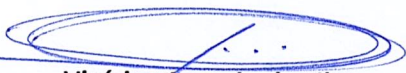
CIENTES:




**Isis Daniely F. R. Ribeiro**  
Chefe do Depto. de Recursos Ambientais  
Decreto nº 0999/2025



**Letícia Rezende Giani**  
Assessora de Normatização e Controle Processual  
Decreto nº 0049/2025



**Vinícius Arcanjo da Silva**  
Secretário Adjunto de Meio Ambiente  
Decreto nº 0012/2025



**Edno César da Silveira**  
Secretário de Meio Ambiente  
Decreto nº 0011/2025

